



HAL
open science

O passado na ponta da pena. Liberdades e censuras nas práticas historiográficas antes e depois do 25 de abril de 1974

Christophe Araujo

► To cite this version:

Christophe Araujo. O passado na ponta da pena. Liberdades e censuras nas práticas historiográficas antes e depois do 25 de abril de 1974. Lançamento do livro Chiado, Carmo, Paris e os Caminhos de Salgueiro Maia, José Quaresma, Apr 2024, Paris, France. hal-04558433

HAL Id: hal-04558433

<https://hal.science/hal-04558433v1>

Submitted on 24 Apr 2024

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution - NonCommercial 4.0 International License

O passado na ponta da pena. Liberdades e censuras nas práticas historiográficas antes e depois do 25 de abril de 1974

Christophe Araújo, 11 de abril de 2024
Casa de Portugal da Cidade Universitária de Paris

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o professor José Quaresma pelo convite de escrever neste ambicioso livro publicado pela Faculdade de Belas-Artes de Lisboa e fico muito orgulhoso de ter esta publicação em mão. Só me resta dar os meus parabéns pelo êxito e o empenho na publicação, tanto como de salientar o valor desta publicação que será um marco importante na memória da figura do Salgueiro Maia. Também, acho que convocar a dimensão artística é uma soberba maneira de ressaltar este dia em que Portugal entrou na história através da atuação de Salgueiro Maia tanto como de todos os outros capitães revoltosos. Para mim, escrever este ensaio foi um verdadeiro desafio, pois não sou especialista do período revolucionário português, mas sim mais conhecedor do período anterior da ditadura portuguesa. Foi então uma forma de aventura para mim ao debruçar-me no pós 25 de abril foi e confesso ter achado algo de bastante estimulante. Deste modo, muito obrigado caro professor José Quaresma pela confiança. Também gostaria de agradecer a antiga diretora desta instituição, Ana Paixão, que foi a intermediária na medida em que deu o meu contato ao professor José Quaresma. Votos de colaborações frutíferas para o futuro! Por fim, agradeço o João Costa Ferreira, novo diretor desta instituição, pelo acolhimento nesta sala Fernando Pessoa que já acolheu vários acontecimentos científicos ligados ao CRILUS da Université Paris Nanterre, do qual pertenço. É sempre um prazer estar aqui.

Vou então agora começar por apresentar qual foi o principal objetivo deste artigo. Tendo em conta esta dimensão artística do livro, tentei pegar a imagem de tinta como ponto de partida da minha reflexão. De facto, utilizei a tinta como metonímia do e da autora que quer escrever. Não resisti em apresentar a história da invenção da escrita que é o início da história, pois antes desta invenção, estamos na pré-história. Temos de ressaltar que o ato de escrever tinha como finalidade de relembrar os atos dos homens, tantos comerciais como religiosos. É só a partir do século VI antes de Cristo, na Grécia, que a escrita é ligada ao facto de relembrar os factos dos homens. Desta forma, a história nasce com os trabalhos de Heródoto e Tucídides. A partir de aí, apareceu uma nova forma de literatura que é o germe de uma disciplina nova que se chama a história. A usar o cálamo ou a pena e depois mais tarde a caneta, os e as historiadoras reproduzem o gesto de escrever para marcar no papel (ou até agora no ecrã) os acontecimentos dos nossos antepassados. Retomando esta metonímia da tinta, quando o fluxo da tinta sai da ponta da pena, é o passado que sai deste objeto. Porém, este auto que pode parecer banal em tempos democráticos tem um outro significado quando evocamos uma altura ditatorial.

Basta relembrar também que a ligação dos e das historiadoras com poder político é antiga pois já na Antiguidade existiam casos de historiadores que estavam na proximidade íntima do poder tal como aconteceu com Flávio Josefo que tinha uma ligação direta com o

imperador romano. Não tenho claro o tempo de relembrar aqui todos os casos no amplo tempo da história, mas ao evocar essa ligação, apenas gostaria de relembrar que esta proximidade com o poder político pode traduzir-se por alguns constrangimentos. Desta forma quis perguntar-me qual é o grau da liberdade que existe na escrita da história em tempos ditatoriais e será que o medo de ser censurado ou até encarcerado vai limitar a escrita de um autor.

Tendo mais conhecimentos do período anterior ao 25 de abril de 1974, decidi falar muito mais do tempo ditatorial e da situação dos e das historiadoras durante a época ditatorial, mas sem esquecer o tempo posterior ao 25 de abril de 1974, pois com um livro que evoca a figura de Salgueiro Maia não era possível esquecer esta altura fulcral para a conquista da liberdade na escrita da história.

1. Limitações da liberdade de escrever e reações da comunidade historiográficas às ações do regime ditatorial

Em primeiro lugar, gostaria de salientar a discrepância que existe entre o discurso oficial e a realidade vivida pelas e pelos autores portugueses ativos durante a ditadura portuguesa. Se olharmos os textos oficiais como a Constituição portuguesa de 1933 que instituiu o Estado Novo, temos a sensação de que a liberdade de expressão está garantida, apesar de já existirem algumas nuances e outros decretos-leis que a limitaram. Porém, não podemos esquecer que a censura começou o seu ofício poucas semanas após o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, pois a partir de julho de 1926, entrou em ação e sempre vigorou ao longo da ditadura até o 25 de abril de 1974. Devemos aqui salientar a diferença que havia entre as publicações periódicas e os livros, pois as publicações periódicas eram sempre submetidas à censura e, sem avaliação dos censores, os jornalistas ou intelectuais corriam o risco de serem censurados, enquanto para os livros, era apenas necessário mandar o título do livro. Obviamente, se um livro tinha um conteúdo crítico do poder ditatorial português, corria o risco de ser proibido de circular pelos censores após um parecer desfavorável. A desfecho era então próximo das publicações periódicas, pois a proibição de circulação dos livros e de vendas nas estantes das livrarias significava, de uma certa forma a morte pública desta obra. Este paradoxo entre uma liberdade oficialmente garantida e uma prática que mostra uma censura ativa das e dos autores portugueses é significativa de maneira de governar da ditadura portuguesa. Assim, ela tinha uma fachada mais aceitável nomeadamente no estrangeiro, em comparação com os outros regimes ditatoriais e totalitários, enquanto na prática podemos salientar uma clara aproximação das características do regime autoritário português com as dos outros regimes autoritários. Neste sentido, além da censura, a polícia política instaurada oficialmente a partir da data de 1933, foi até o 25 de abril de 1974 a principal instituição que garantia a vigilância das e dos opositores ao regime ditatorial, que podia impedir a entrada a função pública nomeadamente a partir do decreto-lei de 13 de maio de 1935, mas também encarcerar as e os militantes sem processo para vários anos.

Apresentei aqui muito rapidamente e até esquematicamente uns dos meios de controlo das e dos intelectuais portugueses, pois não tenho aqui o tempo para dar todos os pormenores que mostrariam o quanto a ditadura portuguesa foi violenta contra as e os intelectuais e mais geralmente contra a produção cultural portuguesa. Quero agora mostrar quais foram as principais reações dos historiadores, e creio que essas posições podem ser generalizadas ao campo académico. No âmbito da minha tese de doutoramento, salientei e três posicionamentos durante o regime. O primeiro reúne os historiadores oficiais, ou seja, as pessoas que defendiam claramente o ideário do regime autoritário, alinhando-se na visão da história desenvolvida pelo regime ditatorial, isto é, criticando as divisões políticas oriundas do século XIX e mais geralmente todas as críticas contra o passado nacional. Esses historiadores oficiais, pouco numerosos, dependiam do poder político e não ocuparam funções académicas. A segunda posição e a dos historiadores acomodados, isto é, as pessoas que se conformaram com a situação política, sem a criticar, mas ao mesmo tempo sem a apoiar francamente. Isto significa que às vezes as e os historiadores acomodados podiam apoiar pontualmente a política do governo português nomeadamente acerca da defesa do Império, mas também podiam distanciar-se e ser críticas com a situação vivida então pelos autores portugueses. A terceira e última posição política e a das e dos historiadores em oposição que criticavam francamente o poder político, integrando o partido político que liderava as oposições ao regime ditatorial, ou seja, o PCP, mas também que podiam pertencer a outros grupos de esquerda ou ligados aos republicanos. Pretendo agora mostrar qual era a sensação de liberdade vivida na escrita da história, consoante o posicionamento político das e dos historiadores.

2. Um errático fluxo de tinta. Uma geometria variável da liberdade na escrita da história

A principal ideia que quero desenvolver agora é que a sensação de liberdade é bastante variável, se olharmos os posicionamentos políticos das e dos historiadores. Vamos então ver os diferentes casos em seguida, segundo a tipologia apresentada na parte anterior.

Começamos com os historiadores oficiais. Assinalo que até recentemente, tinha por hábito de os chamar historiadores orgânicos, utilizando a terminologia de António Gramsci. Porém, devido as dúvidas que o termo “orgânico” pode induzir, nomeadamente em inglês, preferi uma outra expressão muito utilizada como o de “oficial”. Com este termo, temos a ideia de que esses autores estão quase diretamente subvencionados pelo Estado. No caso português, o número de pessoas que podemos considerar como historiadores oficiais é escasso. No âmbito da minha tese de doutoramento, os casos de historiadores oficiais que evidenciei são todas pessoas que não tinham uma formação de historiador e que não pertencia diretamente à Academia. Esta escrita da história fora do principal lugar publicamente reconhecido como legítimo para produzir história revela uma situação a parte na comunidade historiográfica. Apesar desta situação profissional e do ostracismo vivido por esses historiadores, o reconhecimento oficial é óbvio, pois os historiadores oficiais foram galardoados por prémios

do Secretariado da Propaganda Nacional tal como foi o caso para João Ameal em 1941 pela sua obra *História de Portugal*. Esta história que é sobretudo um ensaio para os tempos mais contemporâneos trata de toda a cronologia portuguesa, das origens até 1940, e desenvolve um retrato elogioso de António de Oliveira Salazar. Enfim, o alinhamento ideológico com o ideário do Estado Novo podia traduzir-se por umas compensações e obviamente, esses historiadores não sentiam qualquer constrangimento ao escrever e são os que se sentiam mais livre de redigir história.

Para os historiadores acomodados, a sensação de liberdade era quase semelhante. Digo quase e devo esclarecer o que quero dizer aqui. De facto, as e os historiadores acomodados eram em muitos casos, e sobretudo nos últimos anos do regime autoritário, inseridos nos meios académicos, ocupando funções às vezes temporárias, mas muitas das vezes permanentes. Eram então reconhecidos como historiadores profissionais e podiam até ter relações com historiadores no estrangeiro tal como foi o caso de Virgínia Rau. A questão da liberdade na escrita da história revela a maneira como o poder político deixava ou não autónomo o campo intelectual. Desta forma, as e os historiadores não podiam ultrapassar certos limites como tratar dos séculos mais recentes, nomeadamente o século XIX e o século XX, porque era considerado como tratar de assuntos políticos. Nesta medida, as e os historiadores que se conformavam com a situação política tiveram de respeitar essas linhas vermelhas delimitadas pelo poder político. Ao restringir-se, elas e eles podiam escrever à vontade. Muitos deles escreveram uma história política, tratando dos séculos da Idade Média e da Época Moderna, pouco ultrapassando o século XVIII.

Enfim, a situação é muito mais complexa para as e os historiadores em oposição. Esse grupo evidencia as dificuldades em sentir a liberdade, pois na medida em que essas e esses autores decidiram opor-se a ditadura, sofreram várias limitações na sua obra. Em primeiro, havia uma precariedade laboral. De facto, vários foram saneados ou então viram os seus contratos não renovados e para os mais militantes, ou seja, os que eram ligados ao Partido Comunista Português, era simplesmente impossível imaginar uma carreira de docente universitário ou até no secundário. Depois, a liberdade na escrita era escassa devido à ação da censura que não hesitava em impedir a circulação dos livros de certos autores ou que cortavam sem qualquer hesitação os textos considerados como demasiadamente contestatório ou que podiam ter uma vertente política ou até uma visão crítica da história nacional defendida pelo poder. Porém, escrever fora dos principais canais da academia podia ter, de uma certa forma, algo de libertador, pois certos historiadores não hesitaram em escrever uma história diferente dos historiadores acomodados, nomeadamente uma história económica e social, a par do que era escrito por historiadores franceses ou anglo-saxónicos. Não podemos também esquecer que para poder escrever livremente, muito escolheram de se exilar. Ao apresentar rapidamente a escrita dos historiadores em oposição, podemos medir o quanto a liberdade podia ter um gosto amargo em situação ditatorial.

3. O 25 de Abril e liberdade na escrita da história: significados de um evento histórico e de uma palavra

O desencadear da Revolução dos Cravos provocou uma profunda mudança para Portugal e até podemos apontar algumas alterações no campo da comunidade historiográfica. De facto, é de salientar que certos professores que tinham cargos administrativos foram saneados porque a ocupação dessas funções significava um compromisso com o Estado Novo. Podemos falar dos casos de Joaquim Veríssimo Serrão, de Jorge Borges de Macedo ou até de Torquato de Sousa Soares. O primeiro nunca conseguiu recuperar a sua cátedra, pois ficou muito focado no seu cargo de presidente da Academia Portuguesa da História, enquanto os dois outros tiveram de aguardar alguns anos antes de conseguir voltar a lecionar na mesma vaga que ocupavam antes. De resto, outros professores que estavam impedidos de ingressar na Universidade conseguiram entrar no quadro docente e puderam então lecionarem em tempos democráticos.

Acerca da questão da liberdade, a mudança de regime político fez com que todas e todos os historiadores tiveram a possibilidade de escrever sem restrições a partir da democratização do país. Desta forma, se nos primeiros tempos, as pessoas que pareciam estar próximas do poder puderam sofrer de algumas limitações, muito rapidamente, o enraizamento da noção de liberdade em contexto democrático mostrou uma vontade de deixar as pessoas escrever sem limitações. Depois de várias décadas de censura, a liberdade era superior às tensões políticas dos tempos da transição revolucionária. Um bom exemplo disso é a multiplicação das *Histórias de Portugal* escritas por vários historiadores que podiam ter certas visões diferentes na maneira de interpretar a história tal como entre a visão de Joaquim Veríssimo Serrão, de António Henrique de Oliveira Martins ou de José Mattoso, mas essa diversidade evidenciava a riqueza da paisagem editorial portuguesa. No entanto, a única limitação vivida no pós 25 de abril 1974 poderia ser a falta de interesse económico de certas editoras em publicar alguns trabalhos.

Devemos salientar que se nos primeiros tempos, a liberdade de publicação foi mais uma prática empírica, pois não houve nos primeiros dias posteriores ao 25 de abril de 1974 um decreto-lei que afirmava a liberdade de publicar ou de expressão, houve uma óbvia clarificação. De facto, a consagração da liberdade de expressão e de imprensa é clara se olharmos pela Constituição de 1976. Desta forma, transformou a ideia de liberdade num direito fundamental do regime democrático portuguesa. Ou seja, vemos que o golpe de Estado onde se destacou a figura de Salgueiro Maia entre os outros jovens capitães significou uma rutura clara com o regime ditatorial e uma nova era abriu-se para a comunidade historiográfica portuguesa com o 25 de abril de 1974.